



REVISTA
Casa da

ISSN 1516-7712

GEOGRAFIA
de Sobral

A QUEM PERTENCE A CIDADE? *

To whom belongs the city?

¿Quién es dueño de la ciudad?

Prof. Dr. Jan Bitoun **

Agradeço aos colegas da UVA, que propiciaram minha vinda a Sobral: a todos da Comissão Organizadora do evento, à Professora Neide, que entrou em contato comigo em julho, e ao Professor Emílio, que me trouxe de Fortaleza. Estou extremamente feliz de estar aqui e de poder estabelecer esse diálogo com os colegas, professores e estudantes.

A ideia central é apresentar uma palestra introdutória para os debates que virão associados aos temas das outras mesas. Quando escolhi o título “A quem pertence a cidade?”, lembrei-me de um professor da USP, Armando Correia da Silva, que, em 1986, publicou um livro extremamente interessante intitulado *De quem é o pedaço? Espaço e cultura*, editado pela Hucitec, em São Paulo. Armando Gouveia da Silva, já falecido, era sociólogo, trabalhava no Departamento de Geografia e, à noite, tocava piano nos bares de São Paulo. Era um intelectual criativo, que expressava uma visão de mundo interessante. Então, pensei que responder à pergunta – a quem pertence a cidade? – é, num primeiro momento, interrogar-se acerca de que pedaço é a cidade.

Assim, iniciarei a palestra questionando o que chamamos de cidade no Brasil, constatando que são classificadas como cidades no Brasil, pedaços como São Paulo e outros como Borá que, situada também no estado de São Paulo, reúne somente 730 habitantes. Numa segunda parte, talvez um pouco mais árida, tratarei das nossas matrizes teóricas, que orientam as abordagens na geografia desses pedaços. Numa terceira parte, apresentarei os debates em curso no Brasil contemporâneo, destacando a recente importância atribuída nos estudos a cidades intermediárias como Sobral, tentando entender por que, com mais afinco, se procura desvendar, em cidades fora das grandes metrópoles, as coalizações e as alianças que as reconfiguram.

(*) Palestra de abertura da XVI Semana da Geografia da UVA – 16 a 19 de setembro de 2014.

(**) Doutor em Geografia Humana e Organização do Espaço pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne. Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco – Contato: jbitoun@terra.com.br.

Começando pelo primeiro ponto – o que chamamos de cidade no Brasil –, há dois debates: um institucional, outro, cultural. O debate institucional origina-se do fato que, no Brasil, a cidade é uma instituição definida por lei. Desde o decreto de 1938, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, cada sede municipal é uma cidade. Esse automatismo não existe no resto do mundo, onde, na maioria dos países, as sedes municipais não são cidades, mas centros administrativos rurais. No Brasil, criando um município, cria-se uma cidade. José Eli da Veiga constatou, em 2000, em *Cidades Imaginárias*, que esse modo de instituir cidades levou a que se concebesse um Brasil mais urbano do que ele seria verdadeiramente. De fato, em 2010, o Brasil tem oficialmente somente 16% de população rural, conquanto países como a França e a Espanha contabilizam 30% de suas populações no campo, incluindo muitas pequenas sedes municipais.

Subdimensionar a população rural tem muitas implicações para as políticas públicas. Na abertura, foi falado, pelo diretor do CCH da UVA, da importância para o desenvolvimento urbano da Lei Federal do Estatuto da Cidade e dos planos diretores. Todos os municípios no Brasil com mais de 20 mil habitantes devem instituir um plano diretor abrangendo todo o território municipal. Esses planos diretores seguem um receituário inicialmente único, inspirado pelo ideário da Reforma Urbana, para cidades como São Paulo, Porto Alegre, Recife, Sobral, Juazeiro do Norte, e para um grande número de cidades, pequenas sedes administrativas que, em outros países, seriam rurais.

Alguns planos diretores, em pequenas cidades, conseguiram, apesar desse receituário único, ser muito interessantes. Um dos mais interessantes no Brasil é precisamente o plano diretor de um pequeno município do oeste do Pará chamado Belterra, onde uma nova lei foi o instrumento de expansão da zona urbana para muito além do que era urbanizado a fim de impedir o avanço das plantações da soja que invadiam o município, expulsando a população rural. A população de Belterra quis manter o seu modo de vida rural associado à agricultura familiar e ao uso da floresta amazônica. Então, concebeu um plano diretor onde o rural e o urbano foram pensados juntos, dando mais importância ao que era mais urgente naquele município: as condições de manutenção da vida rural e sua ligação com o centro “urbano”. Contraditoriamente, encontram-se centenas de exemplos de planos diretores encomendados a escritórios de arquitetura que, numa prática de copiar-colar receitas de cidades maiores, somente trataram da área rural como reserva para uma futura expansão urbana. Portanto, o fato de pensar o quanto as cidades são urbanas rebate na qualidade dos planos diretores e na necessidade de adaptação dos instrumentos previstos na Lei do Estatuto da Cidade à diversidade das problemáticas urbano/rurais existentes no país. Existem implicações que não se limitam ao desenvolvimento urbano, mas abrangem o desenvolvimento rural, sendo necessário pensar o desenvolvimento da agricultura familiar, estreitando as relações das cidades com o campo. A

inseparabilidade das cidades e do campo precisa ser afirmada nos nossos estudos sobre desenvolvimento territorial, conforme passarei a ilustrar com alguns exemplos.

A título de primeiro exemplo, ressalto a importância da lei de 2009 que mudou as regras para compra da merenda escolar, estipulando que 30% dos recursos repassados para esse fim aos estados e municípios devem ser destinados à aquisição direta em estabelecimentos de agricultura familiar. É uma lei que tem um potencial muito grande para a educação alimentar dos jovens, à medida que possam saber a origem dos alimentos, produzidos por alguém bem real, para aproximação do produtor com o consumidor, da cidade com o campo. Devido à sua importância, as universidades deveriam acompanhar a implementação dessa lei e saber como ela está sendo aplicada em Sobral, como está sendo aplicada em municípios vizinhos. Com a expansão da sua aplicação e a redução das grandes encomendas de comida industrializada, por meio de grandes empresas, existe um potencial fantástico de fortalecer a agricultura familiar, mas, sobretudo, de melhora da educação alimentar e da educação geográfica, permitindo que as pessoas criem uma identidade, conhecendo as riquezas do município, valorizando quem produz.

Outro exemplo consiste em entender os impactos do agronegócio nas relações com o urbano. No baixo e médio Jaguaribe, na região de Limoeiro, ou ainda na região de Mossoró, observa-se a expansão do agronegócio. No Piauí e no Maranhão, a Suzano expande o reflorestamento por eucalipto para produção de celulose. Existem estudos muito interessantes, feitos por colegas do Ceará, Denise Elias e Renato Pequeno (ela geógrafa, ele arquiteto) sobre os impactos do agronegócio nas cidades. Na maioria dos municípios, esvazia-se o campo, pois não precisa de muita mão-de-obra. Mas algumas cidades selecionadas pelas empresas passam a ter equipamentos mais sofisticados, à medida que recebem uma população que vem de fora composta por engenheiros e pessoas ligadas ao agronegócio. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (BA), Uruçuí (PI), Balsas (MA) foram objetos de migração descendente, isto é, de imigração de pessoas muito qualificadas, que vieram trabalhar em função do agronegócio, e que passam a demandar melhores serviços públicos e privados de saúde, educação e novas edificações, frequentemente reproduzindo o modelo em condomínios.

Último exemplo referente a serviços sociais foi escancarado recentemente, e trata da dificuldade de fixar um médico numa pequena cidade, sede administrativa rural. Daí o *Programa Mais Médicos*. Foi necessário um programa governamental específico para poder fixar médicos nesse tipo de cidades. Eu estive numa pequena cidade da Amazônia, Trairão (PA), que fica há cerca de 300 km de Santarém. Antes do *Programa Mais Médicos*, para que se conseguisse fixar um médico lá, a prefeitura pagava um salário líquido de R\$ 40 mil por mês. Obviamente, há muitos médicos em grandes cidades: São Paulo, Fortaleza, Teresina, cujas características urbanas permitem que haja um mercado local da saúde além de recursos maiores para

o desenvolvimento pessoal. O mesmo pode ser constatado no campo da educação em Nível Médio e Superior. As pequenas cidades, centros locais da vida rural no Brasil, sobretudo aquelas situadas em regiões onde as distâncias entre os centros são maiores, apresentam diferenças com as cidades maiores, que precisam ser levadas em conta na abordagem geográfica do urbano no Brasil.

Desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural e, finalmente, o desafio do desenvolvimento regional. Quando se fala em desenvolvimento regional, não se pode novamente separar cidade e campo. O desenvolvimento regional implica entender a relação entre esses dois polos, ambos territórios de vida.

Para que esse debate institucional possa avançar, devemos, nos nossos estudos, superar a visão institucional do que é urbano e rural no Brasil. Apresento um cartograma que nós não discutimos, mas que implicitamente aceitamos. Nele, o “Brasil Rural” e o “Brasil Urbano” são delimitados institucionalmente e estatisticamente: em vermelho, os 240.223 setores censitários, contidos em perímetros urbanos, definidos por leis municipais nos 5.565 municípios no entorno de cidades, vilas e áreas urbanas isoladas. Residem nesses setores, em 2010, 160 milhões de pessoas. Fora desses perímetros urbanos, em verde, estão os 76.351 setores em situação rural, onde reside cerca de 30 milhões de pessoas (16% da população brasileira). Em vermelho, aparecem as grandes e médias manchas urbanas: a Grande São Paulo, o Grande Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Teresina, Sobral, e mal se distinguem, em pontinhos vermelhos espalhados, todas as sedes municipais e vilas de municípios com populações menores. No outro mapa, em cinza, foram destacados os 376 municípios, que, sozinhos, concentram 56% da população brasileira em grandes e médias aglomerações, e, no Ceará, cidades entre as quais Fortaleza, Crajubar e Sobral. Nos outros 5.189 municípios, há 90 milhões de habitantes distribuídos entre o campo e as pequenas cidades, com diferenças gradientes de ruralidade e urbanidade.

Observando esses dois cartogramas, acho inadmissível trabalhos de geografia fundamentar-se nesses recortes institucionais como se fossem recortes científicos. O IBGE oferece aos geógrafos outras possibilidades de trabalhar pensando onde as pessoas moram, seus territórios de vida: cadastro de localidades georeferenciadas, desde as aldeias indígenas reconhecidas (com 20 ou mais moradores), passando pelos diversos tipos (povoados, núcleos, agrovilas) de aglomerados isolados situados em zona rural – com, no mínimo, 51 domicílios – até as vilas, áreas urbanas isoladas e cidades (em perímetros urbanos). Existem então recursos diretos para trabalhar todas essas centralidades que, na prática, se articulam. Quanto às menores – de 51 domicílios –, o recurso é indireto, demandando o tratamento de dados constantes no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticas. Precisamos lançar mãos desses recursos diretos e indiretos para representar as centralidades menores e maiores, porque qualquer agrupamento de pessoas significa uma relação social, uma relação cultural e uma possibilidade econômica.

Isso é importante para superar a dicotomia, ainda muito presente nos estudos geográficos, entre o urbano e o rural, um grave impedimento à compreensão de como as pessoas vivem e relacionam suas práticas nessas diversas centralidades.

Esse é um debate institucional, com implicações também nos estudos geográficos, nas nossas fontes de pesquisas; ainda limitadas por ignorância de novos recursos disponibilizados pelo IBGE a uma concepção institucional do rural e do urbano.

O debate cultural trata das representações que carregamos da cidade e do campo. Isso é muito importante. Nas nossas representações, as cidades são lugares dos “civilizados” *versus* os “bárbaros” moradores do campo. Ao dizer isso, refiro-me a uma longa tradição: “Bárbaro” é uma palavra grega, e os gregos consideraram que seus vizinhos do Norte, os búlgaros, eram os bárbaros. No início da colonização no Brasil, os colonizadores chamavam os indígenas, primeiros moradores do campo, de “bugres” uma corruptela da palavra “búlgaros”. As vilas e cidades coloniais foram centros de conquista do território habitado pelos indígenas, sendo a evangelização uma das estratégias dessa conquista sobre os “bárbaros” (indígenas e, logo, escravos deportados da África) aos quais foram negados direitos reservados aos “civilizados”. Esses direitos, apesar de incontestáveis avanços recentes, ainda precisam ser consolidados no campo e nas cidades e para as populações deles destituídas, a exemplo do que foi conseguido por meio da Lei das Domésticas e das cotas de acesso ao Ensino Superior.

Decorre dessa história inicial o fato de que a urbanidade é, no Brasil, um termo ao qual se atribui um valor civilizatório e de progresso, conquanto à ruralidade se atribuem características negativas: representação do rústico, do matuto, do caipira *versus* a representação do urbano, que seria polido, civilizado, cidadão. Essas representações extrapolam os limites do urbano e do rural. Durante muito tempo, houve uma literatura tratando o favelado nas cidades como uma excrescência do rural no urbano; como se não fosse parte do urbano mesmo. Ainda em 2010, em artigo do Jornal do Comércio, vi um artigo apresentando um mapa da Zona Sul do Recife, com suas favelas em vermelho. O título do artigo era “As favelas cercam a Zona Sul do Recife”, como se as favelas não fossem parte integrante da Zona Sul do Recife. Cercando, estão fora: então estão onde? É um modo de não as reconhecer como parte da cidade e de não considerar seus moradores como urbanos sujeitos dos mesmos direitos que quaisquer residentes da cidade.

Está muito forte nas nossas mentes a vinculação das cidades com o progresso. Convido a baixar no *youtube* filmes sobre os 400 anos de São Paulo em 1954. Neles, há o discurso do progresso: São Paulo, “onde se constrói um prédio por dia”, ali, no filme, é representado como a locomotiva que está puxando os vagões do Brasil. Então, a imagem do progresso foi, no Brasil, muito vinculada no século XX a essa ideia de novas construções, de expansão urbana vertical, só que não estamos mais no século XX, e precisamos rever

as nossas representações de progresso. No século XXI, fica difícil manter essa ideia de que o progresso esteja só nas cidades. O agronegócio também é uma representação do moderno com muita tecnologia: a agricultura de padrão familiar também ganha representação do moderno, seja pela integração à indústria, seja pela pluriatividade (por meio do turismo, por exemplo), seja pela produção cultural, seja pela agroecologia, seja pela valorização de cadeias de produção mais curtas e do meio ambiente diversificado?

Milton Santos, em 1987, no livro *Espaço Cidadão*, destacava que o homem do campo estava menos titular de direitos do que a maioria dos homens da cidade. Isso é verdade, se pensarmos como foi implantado o direito sindical no Brasil. O direito sindical foi primeiro reconhecido aos trabalhadores urbanos. Só muito depois foi alcançado pelos trabalhadores rurais. Atualmente, a questão é outra: trata-se de saber se os direitos das pessoas nos seus espaços de vida e de trabalho estão assegurados e quais são aqueles que precisam ser ainda assegurados na prática, como o direito à saúde, o direito à educação, o direito ao saneamento, o direito ao respeito das suas identidades. Bertha Becker escreveu, em 1999, no artigo “Tordesilhas Ano 2000”, que “uma profunda transformação na sociedade começou a se processar na nação acentuando sua diversidade cultural e ética, bem como sua criatividade histórica em busca de soluções para os conflitos que se tornaram desnudos.” Constatava ali, a geógrafa, que havia movimentos acontecendo nos mais longínquos rincões do território. Portanto, como nas cidades, nos mais longínquos rincões do território existe criatividade social e capacidade cada vez maior de se organizar. Essas duas citações são importantes, porque nos convidam a pensar acerca dos direitos dos cidadãos, quaisquer que sejam seus locais de residência. A criatividade é para conquistar direitos, e respeito existe muito além das grandes cidades, também nos rincões do território do país.

Passando ao segundo ponto dessa palestra, apresento as nossas matrizes teóricas, destacando três: uma que é a matriz marxista, a mais corrente na geografia urbana e agrária; outra que é a matriz liberal; e outro que, atualmente, procura entender a importância do consumo na dinâmica do espaço geográfico e na produção do território.

Na matriz marxista, a categoria central é o trabalho, que produz e distribui riqueza. Trabalho é uma relação social de produção, fundamentando-se na divisão social do trabalho e na divisão da sociedade em classes sociais. As classes sociais, pela matriz marxista, definem-se pelo maior ou menor controle dos meios de produção, havendo escalonamento de poderes e prestígios dos detentores dos meios de produção (Capital, Terra, Conhecimento formal) aos que somente possuem sua força física de trabalho e conhecimentos informais para vender. A renda não define classe social. Na perspectiva do materialismo histórico, precisa reconstituir a sequência dos padrões de acumulação de capital vinculados à detenção dos

meios de produção e identificando as classes despossuídas. No campo, o meio de produção básico é a terra para produzir, mas não é só. Precisa ter maquinário e acesso a tecnologias. No Brasil, pode-se possuir a terra de papel passado ou estar em uma comunidade que lhe permita acesso à terra e aos recursos naturais (a carnaúba, o babaçu, por exemplo) por meio de um direito tradicional, consuetudinário, mas frágil perante as instituições. Na cidade, a propriedade da terra, evidentemente, serve para construir outras formas de capital, fábricas, comércio, hospital, prédios residenciais etc.

Na geografia, vincula-se a essa matriz o conceito de produção do território a partir do espaço. Os geógrafos cunharam o conceito de formação socioespacial, sendo essencial a identificação dos agentes em suas posições sociais em cada período da história, já que, para ter produção, precisa ter produtores, isto é, identificar os agentes que, no decorrer das suas relações de conflitos de classes e alianças, produzem o território.

Em cada período histórico, essa formação socioespacial é definida com base no modelo de acumulação de riqueza dominante, no uso do território. Os autores que são referência nisso na geografia urbana são brasileiros (CARLOS, SPOSITO entre outros), mas remetem-se ao sociólogo francês Lefebvre, que escreveu o livro *O direito à cidade*, e ao geógrafo britânico David Harvey, que escreveu *Justiça social e a cidade*. Os conceitos de direito e de justiça social estão, então, no centro das abordagens.

A segunda matriz é liberal e a categoria central é a liberdade. Aqui, não me refiro à liberdade no sentido do neoliberalismo. Trata-se da liberdade como categoria filosófica. O autor contemporâneo principal é o economista indiano Amartya Sen, que recebeu o prêmio Nobel quando cunhou o conceito de “Desenvolvimento humano”, bem expresso no livro, disponível em português, *Desenvolvimento como liberdade*, editado pela Companhia das Letras, em 2000. Para Amartya Sen, o processo de desenvolvimento consiste na ampliação das capacidades de escolha e das liberdades dos indivíduos, e não na acumulação de riquezas. Inspirou-se na obra de John Rawls *Teoria da Justiça*, na qual o filósofo defende a possibilidade de os indivíduos inseridos numa sociedade onde os direitos individuais são reconhecidos alcançarem certa igualdade de oportunidades por meio da ampliação das suas capacidades num clima de liberdade. Lamento o uso irresponsável do IDH em muitos trabalhos, desvinculando este índice da sua base conceitual e teórica, e transformando-o em indicador de qualidade de vida, o que nunca foi propósito desse índice.

Essa matriz liberal, centrada na capacidade de escolha dos indivíduos é interessante porque na nossa sociedade há um traço histórico importante: quem estava em posição de inferioridade sempre se esmerou para negociar proteção. Um bom exemplo disso é o modo como as religiões afro-brasileiras foram constituídas por indivíduos que foram desterrados da África, isolados das suas comunidades e constrangidos a criar uma cultura nova a partir de lembranças carregadas por muitos escravos oriundos de povos diversos.

Para essa criação, após uma perda tão radical, em condições brutais de negação dos direitos elementares, esses agentes desenvolveram táticas permanentes de negociação e de busca de proteção temporária com os senhores, a Igreja, o Estado, enfim, com quem dispunha de recursos estratégicos para definir escolhas. Excetuando algumas revoltas, no Brasil, a maioria da população sempre buscou negociar com agentes (patrão, coronel, Igreja, Estado) que, em diversas escalas, monopolizavam as escolhas estratégicas.

A terceira matriz privilegia a categoria “consumo” para entender às tendências contemporâneas da produção do território. No Brasil, a recente expansão do consumo gerou um debate sobre a emergência de uma nova “classe média”. Para entender esse debate, remeto a dois economistas Marcelo Neri do IPEA e Marcio Pochmann da UNICAMP. Há ou não uma “classe média” ampliando-se e redefinindo-se para adequar ao seu consumo as características do território sobretudo nas cidades mas também no campo? O mais importante aqui é entender que Neri não se refere a classes sociais (no sentido marxista, vinculado à divisão social do trabalho) mas a classes econômicas, definidas pelos equipamentos domésticos presentes nos domicílios e levantadas pelo IBGE nas PNADs. As classes econômicas apresentam um perfil próprio de consumo e de potencial de consumo e são designadas por letras: A, B, C, D, E. Constatar que a classe C do Brasil aumentou muito significa colocar as relações de consumo no centro do raciocínio, em vez das relações de trabalho como nas classes sociais da matriz marxista.

Aqui, não estou defendendo uma matriz teórica em particular. O que defendo é a necessidade de nossos trabalhos identificarem as categorias que mobilizamos, e entender quais são os debates que as sustentam. O consumo ampliado, com base no crescimento da classe econômica C, é importante e, no caso brasileiro, muitíssimo recente. Permitiu que o consumo e as estratégias dos investidores saíssem de uma situação de grande concentração em algumas metrópoles (onde estão concentradas as classes A e B, e onde a pouca capacidade de consumo das demais classes econômicas estava compensada pelos grandes contingentes populacionais) e alcançassem cidades de menor porte. Nestas, então, as dinâmicas em curso passaram a ser observadas mais de perto pela ciência, já que ganharam maior peso na economia do país e nas estratégias dos investidores. Lembro que um estudante me falou dessas cidades “novas”, médias e pequenas como se fossem realmente “novas”. Sempre existiram, mas agora estão nas agendas de estudo.

O Brasil está lentamente superando uma concentração extrema da sua economia, que chegou ao máximo em 1970, quando 40% do PIB do país estava concentrado na Grande São Paulo. Com esse nível de concentração, inédito entre os países de grande dimensão territorial, pode-se entender porque durante muito tempo a economia se sustentava apoiada no consumo também concentrado em algumas metrópoles, principalmente no Sudeste. Mercados complementares espalhados pelo país situavam-se em metrópoles das demais regiões. O campo e as cidades médias e pequenas dispersas pelo país inteiro, fora da região “core”,

constituíam mercados adjacentes. Com a desconcentração do consumo propiciada por políticas sociais (aposentadorias, bolsa família, universalização da Educação Fundamental), pelo aumento do salário mínimo (50% dos que recebem salário mínimo são trabalhadores residentes no Nordeste), e por investimentos públicos na região, o Nordeste tornou-se uma nova fronteira de consumo, onde os investidores passaram a considerar as cidades médias nas suas estratégias de expansão.

A última parte da palestra trata das coalizões que reconfiguram as cidades. Espero que vocês consigam, durante esse seminário, entender quais as coalizões formadas em Sobral. Coalizões são alianças entre diversas frações de capital (proprietários de terra, de bancos e companhias financeiras, industriais, comerciantes) para promover negócios particulares. Para que essas alianças consigam desenvolver negócios, precisam estreitar laços com o estado. A nossa tarefa de geógrafo consiste em identificar, em cada formação socioespacial, quais são os negócios particulares promovidos em um determinado território e quais coalizões mais ou menos duradouras, mais ou menos dependentes do Estado que os promove. Também é importante levantar quais alianças existem para promover conquistas dos direitos à cidade. Nesse particular, faz-se necessário prestar também atenção a setores econômicos geralmente pouco visíveis ou vistos de modo negativos, tais como os microempreendedores – frequentemente na informalidade –, que realizam negócios no espaço público e nas suas residências.

Em escala média, antes de estudar as coalizões e alianças atuais numa determinada cidade, precisamos situá-la na linha do tempo das formações territoriais brasileiras, para entender quais heranças recebeu e ainda carrega no presente. Para isso, dispomos de um Cartograma Brasil, ocupação do território extraído do artigo de Ghorra Gobin e Théry (“Sistema de cidades, fundamento de organização territorial: análise comparada entre Brasil e Estados Unidos”, publicado na *Revista da ANPEGE*, v.6, 2010) e de um texto de Egler (consultar p. 346 de *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para caracterização da rede urbana* / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2001. v. 2). Com base no cartograma e no texto, é possível reconstituir as diversas formações territoriais que se sucederam em partes distintas do país e, então, recuperar como essas heranças históricas deixaram traços até o presente, reconfigurando formação cultural, *status* do trabalho e sua remuneração, formação do capital e forma de se exercer o poder.

Há trechos do Brasil onde, como em Sobral, se sucederam a “formação territorial escravista atlântica” (da colonização aos meados do século XIX) a “formação exportadora agromercantil nacional” (dos meados do século XIX até os anos 1930), e a “formação territorial urbano industrial nacional”, dividida em três etapas: industrialização restringida até os meados dos anos 50 do século XX, industrialização pesada dos anos até os

anos 80 e internacionalização financeira desde os anos 80 até o presente. Outras cidades, como Presidente Prudente, no oeste Paulista, nasceram na “formação exportadora agromercantil nacional” e se expandiram na “formação territorial urbano industrial nacional”. A grande maioria das cidades de Rondônia nasceu na etapa da industrialização pesada da “formação territorial urbano industrial nacional” e outras, do norte de Mato Grosso, somente na atual etapa da internacionalização financeira.

É necessário refletir acerca dessas sequências temporais para entender como os embates presentes carregam heranças do passado, além das manifestações imediatas. Ressalto algumas dessas heranças: na estrutura fundiária, destacando as sesmarias do período colonial, reservadas a quem tinha poder, e o papel da Lei de Terra de 1850, que a transformou precocemente em mercadoria de difícil acesso para quem não tinha dinheiro; desvalorização do trabalho e pouco prestígio do trabalho manual, havendo o hábito da baixa remuneração e a dificuldade dos trabalhadores de determinarem uma remuneração por hora trabalhada, frequentemente substituída por uma negociação por tarefa; na formação “formação exportadora agromercantil nacional”, quando o Brasil exportador de produtos agrícolas se torna mais visível ao mundo, as cidades passam a ser o lugar dessa exposição e a ser normatizadas por oligarquias que adotam modelos de modernidade dos países para onde exportam; é o período durante o qual as cabeças pensantes ficaram fora do lugar, impondo normas importadas e negando a diversidade da nossa formação étnica e sócio-cultural. Até hoje, usa-se a expressão “é uma coisa de primeiro mundo”, reproduzindo esse padrão de estranhamento ao lugar.

Para o período atual, que é a internacionalização financeira, destacaria o seguinte: na economia, existem transações financeiras com moedas, ações, crédito, bolsa de valor, mercado de câmbio, e existem transações produtivas traduzidas por fazendas, indústrias e estabelecimentos comerciais. Em 1980, no mundo das transações financeiras, representavam 1,2 vezes o volume das transações produtivas. Vinte seis anos depois, representavam 3,5 vezes. Trata-se de uma mudança estrutural fundamental, que gera incerteza entre os investidores e os governantes, devido à volatilidade das transações financeiras que se operam na tela do computador. Para abrir um negócio produtivo, precisa-se de tempo, de capacidade de prever, de imobilização de capital. Então, a decisão empresarial de abrir um *shopping*, um hospital, uma faculdade, passa a ser pautada contraditoriamente pela dinâmica de transações financeiras instáveis.

Havia pensado apresentar as coalizões atuais no Recife nesse contexto da internacionalização financeira, mas acho melhor deixar mais tempo para debater as coalizões e os negócios que se apresentam na região de Sobral. Quais são as alianças que se constituem em torno desses negócios e também quais são as alianças que existem pela conquista de direitos? Quais os direitos que estão na pauta e quais nem são falados? Em São Paulo, houve tanta concentração, tanta acumulação, que, lá, os negócios se criam de forma

contínua e com relativa necessidade do apoio do Estado. Enquanto no resto do Brasil, em Recife como em Sobral, como não há muita acumulação, as alianças que promovem os grandes negócios (a construção de *shoppings*, a construção do hospital, a construção de grandes condomínios) precisam, além de uma composição de proprietários da terra, de grupos financeiros, de grupos industriais ou comerciais, e de arranjos técnicos, tornando-se muito mais dependentes do Estado e necessitando estarem cada vez mais atentos à conjuntura, porque, num determinado momento, pode dar certo, e, passado esse momento, pode dar errado.

No caso do Recife, grandes empreendimentos imobiliários concebidos em terrenos apropriados mas deixados em reserva por coalizões desde o final dos anos 90, só estão se realizando agora, quando novas condições foram reunidas: via construída através do dinheiro público para a Copa 2014, aquecimento do mercado, parcerias público-privado instituídas. Face a esse modelo de cidade planejada pelo setor privado, mas que se torna visível quando acontecem os negócios, existem oposições; em particular de pessoas que trabalham na cultura, com cinema, com movimentos na *internet*, em redes sociais: convido vocês a baixarem no *youtube* o vídeo “Recife Cidade Roubada”. Quanto à população mais pobre, no Recife, por meio de lutas – nas quais destaco a participação da Igreja Católica comprometida, na época, com a justiça social (além da divina) –, havia conseguido, nos anos 80 e 90, evitar ser expulsa para longínquas periferias. Hoje, essa mesma população já começa a se sentir novamente ameaçada. Muito obrigado!